

Edital da rodovia reprovado

O Tribunal de Contas não aceita a inclusão da Terceira Ponte no projeto da Rodovia do Sol. O governo tem 15 dias para mudar o edital

O edital de concessão da Rodovia do Sol, publicado no último dia 12, foi reprovado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). O principal ponto de contestação do TCE é a cobrança de pedágio na Terceira Ponte. Os resultados da análise do documento foram divulgados ontem à tarde e aprovados por unanimidade entre sete conselheiros do órgão.

A decisão foi tomada após uma avaliação técnica do edital. O conselheiro relator do processo, Mário Moreira, deu um parecer de 26 páginas e que reúne uma série de argumentações contrárias a vários pontos dos termos da licitação.

Os principais questionamentos se referem à generalidade da lei 5.276/96, que autoriza o projeto. "A lei que dá este poder ao governador não é específica", ponderou Moreira.

Em seu texto ele esclarece (por meio da Lei 9.074/95): "É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios executarem obras de serviços públicos por meio de concessão e permissão de serviço público, sem lei que lhes autorize e fixe os termos".

A união da Terceira Ponte ao trecho da privatização também foi questionado pelo re-

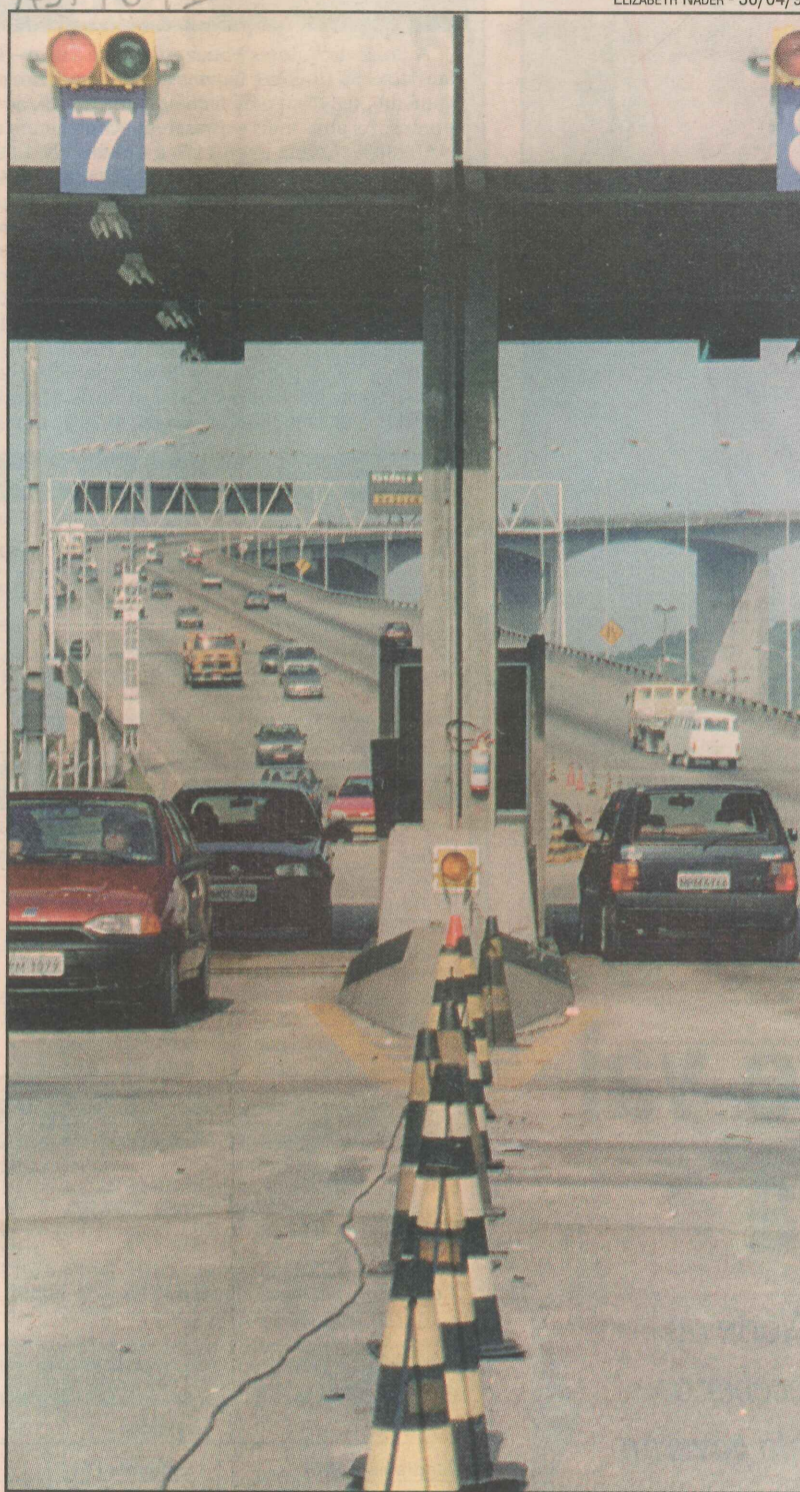
lator. De acordo com ele, a ponte já foi objeto de concessão para construção – e posterior conservação, conforme o termo do contrato firmado entre o governo estadual e a Companhia de Exploração da Terceira Ponte (Ceterpo).

Como o prazo para o fim da cobrança do pedágio terminaria até o início do ano 2003, restando apenas uma taxa destinada à conservação, Moreira entende que seria prudente encontrar uma nova forma de modernizar a Rodovia sem onerar o usuário da ponte.

O último item mais contestado trata do período de exploração do trecho. Segundo o contrato publicado no Diário Oficial do Espírito Santo, admite-se a alteração do prazo de concessão (300 meses) para recompor seu o equilíbrio econômico-financeiro.

Na interpretação do relator, a ação é ilegítima, pois além de modificar o prazo previsto estaria cobrando novamente gastos já previstos em contrato, quando cita reposição de valores.

O governo terá 15 dias para providenciar as alterações exigidas pelo TCE que tem poderes para suspender o edital (por meio da lei federal de Licitações, nº 8.666/93), caso suas solicitações não sejam atendidas.



A ponte só poderá ter uma taxa para conservação, segundo o TC

Vitor diz que não há outra saída

"Nós temos que fazer uma opção para definirmos se queremos ou não a duplicação da Rodovia do Sol. A operação casada com a Terceira Ponte é a única forma de executarmos essa obra", frisou o governador Vitor Buaiz.

O governo estadual terá 15 dias – contados a partir da data de recebimento do parecer técnico do Tribunal de Contas do Estado (TCE), para reformular o edital de licitação da Rodovia do Sol.

O documento foi enviado ontem à noite para o secretário de Transportes e Obras Públicas, Fernando Betarello, o presidente da Comissão de Licitação da Rodovia do Sol, Jorge Hélio Leal, e o presidente da Comissão Especial sobre a Terceira Ponte da Assembléia Legislativa, Lello Coimbra.

São 26 páginas de processo questionando vários pontos do edital. "Nós responderemos a solicitação do relator via Procuradoria Geral do Estado", informou Leal.

Ontem à tarde o governador recebeu os prefeitos Paulo Borges (Guarapari), Moacir Carone (Anchieta), Ananias Vieira (Maratáizes), Samuel Zuqui (Piúma), Paulo Burgues (Presidente Kennedy) e Dinovaldi Peçanha (Itapemirim), representando os interesses do sul capixaba.

Eles foram ao Palácio Anchieta solicitar melhorias nas estradas que ligam o Estado até a divisa com o Rio de Janeiro. "A ampliação da malha é importante para integrar o turismo de toda a região Sul", explicou Carone, que também é presidente da Associação dos Prefeitos do Sul do Espírito Santo.

Mandado será julgado hoje

A mandado de segurança impetrado pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) junto ao Tribunal de Justiça (TJ) deverá ser julgado ainda hoje pelo desembargador Norton de Souza Pimenta.

O governo estadual espera por meio desta ação suspender o efeito do decreto da Assembléia Legislativa – publicado na última terça-feira, e que paralisa o edital de concorrência para a concessão do trecho Rodovia do Sol/Terceira Ponte.

A polêmica do assunto envolve a sociedade e também os políticos. O

deputado Max Filho (PMN) é um dos mais ativos quando se trata do assunto.

O governador Vitor Buaiz disse ontem que já existem duas ações judiciais contra o deputado. Uma delas trata da suspensão da propaganda e a outra é uma ação criminal de responsabilidade, injúria e discriminação.

"Nós não podemos deixar pessoas inescrupulosas irem à televisão falar contra o governo e sua equipe sem provas. Ele terá que provar o que diz", desabafou Vitor.

Prepare-se para saltar as amarras e deixar o leme em nossas mãos

Final de Semana, com aventura, emoção, passeio de escuna e a melhor moqueca capixaba.

SEXTA, SÁBADO E DOMINGO
três dias de programação para seu descanso e lazer:

- * ESTAC. PRIVATIVO
- * SAUNA
- * PISCINA
- * SALÃO DE JOGOS
- * SALA DE TELEVISÃO
- * SCOTH BAR
- * RESTAURANTE
- * SALÃO DE EVENTOS

R\$ 150,00

POR CASAL

ESTE É O PREÇO PARA VOCÊ
DESCOBRIR UM VERDADEIRO
TESOURO ENCRAVADO NO
LITORAL CAPIXABA

- * SUÍTES
- * APARTAMENTOS
- * AR REFRIGERADO
- * TELEFONE
- * FRIGOBAR
- * TV EM CORES
- * CANAL DE VÍDEO
- * ANTENA PARABÓLICA

Rua XII, 51 - Enseada Verde - Meaipe - Guarapari - ES

Tel.: (027) 272-1188

Fax: 272-1344

CHECK-IN: 12H
CHECK-OUT ATÉ: 16H